



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALESÓPOLIS

Rua Alferes José Luiz de Carvalho, 380 - Centro - Salesópolis/SP

CEP: 08970-000 - Tel\Fax: (011) 4696-1333/1716/1731

Site [www.camarasalesopolis.sp.gov.br](http://www.camarasalesopolis.sp.gov.br) Email: [cmsalesopolis@uol.com.br](mailto:cmsalesopolis@uol.com.br)

**ATA DA 15ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALESÓPOLIS**, realizada em 11 de Junho de 2012 - 4º Período da 15ª Legislatura. Aos onze dias do mês de Junho do ano dois mil e doze, no edifício sede deste Poder Legislativo, realizou-se a Décima Quinta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Salesópolis sob a presidência do Vereador Paulo Arouca Sobreira e secretariada pelos Edis Sebastião Rodrigues de Campos Júnior – 1º Secretário e Angelino Rodrigues – 2º Secretário. Às dezenove horas, horário regimental, o Sr. 2º Secretário procedeu a verificação da presença, constatando-se a ausência do Vereador Agnaldo Bueno e presença dos demais membros desta Casa. Havendo número legal, o **Sr. Presidente** declarou aberta a sessão e solicitou ao Sr. 1º Secretário que procedesse a leitura da ata da sessão anterior. Neste momento, o **Ver. Pedro da Fonseca** requereu a dispensa da leitura, requerimento este que, submetido ao Plenário, foi aprovado por unanimidade dos presentes, ou seja, oito votos. Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu a ata à discussão e votação, sendo a mesma também aprovada por unanimidade dos presentes, sem preceder manifestação e, prosseguindo, solicitou ao Sr. 1º Secretário que procedesse a leitura das matérias do **EXPEDIENTE** que constou do seguinte, com seus respectivos despachos: MENSAGENS Nºs 1.150 e 1.151/12 do Poder Executivo, encaminhando, respectivamente, os PROJETOS DE LEI Nºs 019 (Dá nova redação ao Inciso III, do Artigo 2º, da Lei Nº 1.523/07 e dá outras providências) – desp.: Aguarde-se os pareceres das comissões competentes; e 20/12 (Dispõe sobre a Consolidação e Convalidação da MALHA VIÁRIA DO MUNICÍPIO e dá outras providências) – desp.: Às Comissões de Justiça e Redação; de Estradas Municipais, de Obras, Serviço Público, Educação e Saúde e de Finanças e Orçamento; PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 006/12 (Dispõe sobre a nova redação do Título XII, “Da Tribuna Livre”, do Regimento Interno deste Legislativo, e dá outras providências), de autoria do Vereador Paulo Arouca Sobreira e outros – desp.: Às Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento; OFÍCIO Nº 069/2012 GP do Poder Executivo, solicitando reconsideração do Parecer Contrário da Comissão de Justiça e Redação Nº 15/12, ao Projeto de Lei Nº 16/12 (Altera a redação dos artigos 23 §2º, inc. I, “a” e 27 “caput”, inciso I, bem como inclui o parágrafo único no artigo 27 da Lei Nº 1.592/2009, e dá outras providências) – desp.: À Ordem do Dia da próxima sessão para única discussão e votação; PARECER Nº PAJ-028/2012 da Assessoria Jurídica da Câmara Municipal, acerca do Ofício Nº 069/2012 GP do Poder Executivo – desp.: Arquite-se ao processo de origem; REQUERIMENTOS solicitando ao Sr. Prefeito Municipal Nºs: 081 – Informar a quantas anda o projeto e estudo para implantação de um novo Cemitério Municipal, do Vereador Pedro da Fonseca; 082 – Encaminhar cópia do Processo Licitatório relativo à aquisição de móveis para a Creche do Distrito do Remédio e a fonte dos recursos utilizados para este fim; 083 – Prestar as seguintes informações, acerca do atendimento dos Dentistas da Rede Municipal: 1) Qual o número de pacientes atendidos pelos dentistas da rede Municipal no Posto de Saúde central, nos meses de março, abril e maio, separadamente; 2) Qual a capacidade mensal de atendimento para cada um dos Dentistas; 3) É fato real que a falta de material e falta de manutenção dos aparelhos quebrados é a causa da suspensão do atendimento? Em caso negativo, qual a causa; 4) Que tipo de atividade e local, os dentistas da Rede Municipal estão desenvolvendo para cumprir seus horários de serviço; 5) Qual a data prevista para a retomada do atendimento; 086 – Informar quais linhas telefônicas foram cortadas, com suas respectivas Secretarias/Diretorias Municipais, motivo e data prevista para religação; 087 – Prestar as informações abaixo acerca do funcionamento do CEP – Centro Educacional Profissionalizante: 1) Enviar uma relação contendo os projetos desenvolvidos com seus respectivos profissionais e carga horária; 2) Enviar uma relação contendo os projetos ou



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALESÓPOLIS

Rua Alferes José Luiz de Carvalho, 380 - Centro - Salesópolis/SP

CEP: 08970-000 - Tel\Fax: (011) 4696-1333/1716/1731

Site [www.camarasalesopolis.sp.gov.br](http://www.camarasalesopolis.sp.gov.br) Email: [cmsalesopolis@uol.com.br](mailto:cmsalesopolis@uol.com.br)

continuação da Ata da 15ª Sessão Ordinária, realizada em 11 de Junho de 2012

FL. 2

programas desenvolvidos, informando, respectivamente, a empresa responsável ou órgão do Governo Estadual ou Federal, número de atendidos, custo mensal aplicado; 3) Se há prédio ou sala alugada pela Administração Municipal para desenvolvimento dos cursos antes desenvolvidos no CEP ou para desenvolvimento de outro tipo de curso continuado oferecido pelo Poder Público Municipal e, em caso positivo, informar o curso, carga horária, responsável, endereço, valor do aluguel, período da locação e motivo; Solicitando ao Sr. Presidente da Câmara Municipal Nºs: 084 – Convocar o Chefe do Poder Executivo, para a próxima sessão ordinária deste Legislativo, oportunidade em que será questionado e deverá prestar informações acerca da aquisição das apostilas de inglês, bem como os motivos pelos quais não encaminhou antes do período eleitoral o Projeto de Lei Nº 16/12 (Altera a redação dos artigos 23 §2º, inc.I, “a” e 27 “caput”, inciso I, bem como inclui o parágrafo único no artigo 27 da Lei Nº 1.592/2009, e dá outras providências), resultando no seu arquivamento e prejuízo aos profissionais do magistério municipal; e 085/12 – Publicar na primeira página do site da Câmara Municipal, o Parecer Jurídico deste Legislativo Nº 28, acerca do Ofício Nº 069/2012 GP e Projeto de Lei Nº 16/12, encaminhado pelo Poder Executivo através da Mensagem Nº 1145/12, cuja deliberação na Sessão Ordinária realizada no último dia 28 de maio, culminou com seu arquivamento, todas do Vereador Claudinei José de Oliveira – desps.: Aprovados, Encaminhe-se; INDICAÇÕES solicitando ao Sr. Prefeito Municipal Nºs: 124 – Determinar a compra de quatro pneus novos para a ambulância que atende o Distrito do Remédio, dos Vers. Angelino Rodrigues e Sérgio Aparecido Feliciano de Sá; e 125/12 – Determinar ao setor competente, realizar a manutenção que se faz necessária na tampa de ferro da tubulação de águas pluviais, localizada na altura do Nº 68 da Rua Simão, Distrito do Remédio, dos Vers. Sérgio Aparecido Feliciano de Sá e Angelino Rodrigues – desps.: Encaminhe-se, lidas no Expediente; CONVITE do Conselho Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente, para a reunião ordinária que se realizará no dia treze de junho, às dezoito horas, na Casa da Agricultura, cuja pauta será a revisão do Regimento Interno do Conselho e detalhamento sobre a pontuação do Programa Município Verde Azul; OFÍCIO Nº 150/SR PENHA/SP da Caixa Econômica Federal, comunicando a liberação de recurso financeiro no valor de R\$ 237.598,38 referente a parcela do contrato relativo ao Programa Gestão da Política de Desenvolvimento, Modalidade Pavimentação e Recapeamento de Diversas ruas do Município; e COMUNICADOS sobre a liberação de recursos financeiros: do Ministério da Saúde: no valor de R\$ 108.457,95 para o Pagamento de Teto Municipal da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar; e no valor de R\$ 12.500,00 para o Pagamento de Serviços de Atendimento Móvel às Urgências – SAMU 192 – ambos competentes a Maio/2012; do Ministério da Educação, para alimentação escolar: nos valores de R\$ 1.284,00 para Creche, de R\$ 714,00 para o EJA, de R\$ 16.050,00 para o Ensino Fundamental, de R\$ 4.866,00 para o Ensino Médio e, de R\$ 2.214,00 para a Pré-Escola – competência Maio/2012 – desps.: Arquive-se, Plenário ciente. Terminada a leitura, o Sr. Presidente concedeu a palavra aos Nobres Edis inscritos. O **VER. PEDRO DA FONSECA** iniciou justificando oralmente seu Requerimento Nº 81, enfatizando que todos conhecem a situação do Cemitério Municipal local, há muito, superlotado, situação que causa muitos transtornos. Falou que, há muito, os Vereadores têm sido cobrados e vêm buscando a solução para o sério problema da falta de espaço no único cemitério local, situação que, muitas vezes, obriga familiares se recorrerem de cidades vizinhas e, quando conseguem um espaço, o momento do sepultamento é constrangedor, pois os que acompanham o féretro até a sepultura, são obrigados a passarem por cima de outras sepulturas, inclusive, expondo-se aos riscos de valas semi-abertas, diante da superlotação atual. Acrescentou



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALESÓPOLIS

Rua Alferes José Luiz de Carvalho, 380 - Centro - Salesópolis/SP

CEP: 08970-000 - Tel\Fax: (011) 4696-1333/1716/1731

Site [www.camarasalesopolis.sp.gov.br](http://www.camarasalesopolis.sp.gov.br) Email: [cmsalesopolis@uol.com.br](mailto:cmsalesopolis@uol.com.br)

continuação da Ata da 15ª Sessão Ordinária, realizada em 11 de Junho de 2012

FL. 3

que vem solicitar estudos ao Chefe do Poder Executivo para implantação de um novo Cemitério neste Município e, muito embora reconheça que Salesópolis está inserida na LPM - Lei de Proteção dos Mananciais e APP - Área de Preservação Permanente, motivo que impede a solução do problema, acredita seja necessário provocar a situação e não apenas ficar acomodado. Ressaltou por fim, que é necessário resolver este grande e antigo problema que vem se arrastando e se agravando, pois considera uma falta de respeito com os entes mais queridos e, lamentavelmente, na hora mais difícil, ainda tem que resolver este tipo de problema. O **VER. CLAUDINEI JOSÉ DE OLIVEIRA**, reportando-se inicialmente ao seu Requerimento Nº 87, disse que questiona o funcionamento do CEP – Centro Educacional Profissionalizante, aplicação dos cursos e responsável, pois, durante a semana, recebeu algumas informações que motivaram tal proposição para dar um retorno aos interessados. Quanto ao seu Requerimento Nº 85, disse que a Prefeitura Municipal publicou em seu site a decisão desta Casa de Leis acerca do projeto de lei que tinha os professores da rede municipal como interessados, mas, para explicar os pontos e leis nas quais os Vereadores se basearam para emitir o parecer, solicita também seja publicado, no site da Câmara Municipal, o Parecer da Assessoria Jurídica deste Legislativo. Acrescentou que o projeto de lei em questão poderia ser apresentado bem antes para deliberação desta Casa de Leis e, após as reclamações acerca da decisão, o Sr. Prefeito Municipal tenta reverter a situação, mas, agora é tarde para votá-lo na forma da lei. Prosseguindo, justificou seu Requerimento Nº 84, esclarecendo ainda que, além do caso relativo à Apostila de Inglês, pretende que o Prefeito Adilson justifique o caso do Projeto de Lei afeto aos professores, apresentado extemporaneamente. Quanto ao seu Requerimento Nº 83, disse que o apresentou porque várias pessoas o procuraram dizendo que, há três meses, os dentistas do Posto de Saúde local apenas cumprem seus horários, por falta de material e devido aos equipamentos estarem quebrados. Disse que a população, que paga os salários desses profissionais, é a maior prejudicada, contudo, enfatizou que os dentistas não têm culpa, mas sim, o Poder Executivo Municipal, que gerencia a Área de Saúde. Acrescentou que isto é um fato que deveria ser resolvido logo no início, mas, deixaram passar o tempo, contrataram mais dentistas, para se juntarem aos já existentes e os emprestados do Estado e, ainda assim, a população fica sem atendimento. Reiterou que isso demonstra o descaso e o mau gerenciamento da área de saúde neste município deixando os que mais precisam, enfrentar esta dificuldade. Paralelamente a este problema, citou seu Requerimento Nº 86, lembrando que a falta de telefone prejudica as informações acerca de exames e agendamentos médicos. Enfatizou que isso deixa transparecer que tudo o que foi proposto no Plano de Governo desta gestão está cada dia pior e, embora ele venha falando isso desde o primeiro ano, agora percebe e constata companheiros, inclusive que sustentaram a base, reclamando a falta de pneu em ambulância, de tampa em bueiros e outras. Lembrou que o Cemitério Municipal era prioridade no primeiro ano desta gestão, pois, existia um estudo de terreno no Bairro Fartura e outro do DAEE, bem como um projeto para desenvolver e, ainda assim, a cidade vizinha que enfrenta os mesmos problemas ambientais que este município, já inaugurou seu cemitério, enquanto aqui ainda nada foi resolvido e as pessoas ainda passam por cima de sepulturas. Ressaltou que, desde o primeiro ano, vem falando, contudo, este “governo de pedra” pensou apenas em obras que a população não aprova, esquecendo do ser humano, seja pela falta de dentista, saúde, educação e cemitério. Falou que tudo isso vem se alastrando e, a cada dia, aumentam os requerimentos, os pedidos de informação e outros. Certo de que vão dizer que o problema do Cemitério Municipal se arrasta há anos, falou que é verdade, mas tinha um caminho a seguir, no entanto, parou e se perdeu no tempo. Falou que acompanha o que vem sendo





# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALESÓPOLIS

Rua Alferes José Luiz de Carvalho, 380 - Centro - Salesópolis/SP

CEP: 08970-000 - Tel\Fax: (011) 4696-1333/1716/1731

Site [www.camarasalesopolis.sp.gov.br](http://www.camarasalesopolis.sp.gov.br) Email: [cmsalesopolis@uol.com.br](mailto:cmsalesopolis@uol.com.br)

continuação da Ata da 15ª Sessão Ordinária, realizada em 11 de Junho de 2012

FL. 4

feito e o que precisa ser feito, mas, este “governo de pedra” não pensa na família e no ser humano, haja vista os cães ainda soltos pelas ruas e que, no último sábado, novamente, um cidadão lhe contou que sua mãe foi atacada na rua, ao qual contou tudo o que foi feito. Lamentou tudo isso dizendo que são situações que vêm debatendo, há muito, necessitando discutir a solução junto ao Chefe do Poder Executivo, mas, ainda assim, quando se discute, por exemplo, sobre uma obra, o projeto não é enviado para esta Casa de Leis, ficando difícil a situação. Enfatizou, por fim, que agora não é mais só o Vereador da oposição, mas, todos os demais Vereadores que estão expondo os problemas, desde a falta de um pneu, até um caso mais complicado que é a liberação ambiental para implantação de um novo Cemitério Municipal. O **VER. VANDERLON OLIVEIRA GOMES** iniciou reportando-se à Indicação Nº124, dos Nobres Pares Angelino e Sérgio Feliciano, lamentando até onde chega a situação, pois, quando se trata de ambulância, a situação deveria estar cem por cento resolvida. Questionou como estão fazendo para socorrer pacientes, acrescentando que estão brincando com a saúde do povo. Com relação ao Requerimento Nº 81, do Nobre Colega Pedro, conforme o autor lembrou, há muito vem se tratando deste problema, tanto que esta Casa de Leis aprovou a criação de uma Diretoria de Regularização Fundiária, que deveria ter tratado este assunto com seriedade, pois, já havia um trabalho iniciado e todos sabem a dificuldade quando não se tem um espaço da família no cemitério local, necessitando socorrer-se de vizinhos e amigos para conseguir realizar o sepultamento. Disse que estas situações são discutidas há muito neste Poder Legislativo, mas, o Poder Executivo, a quem cabe executar e fazer a coisa acontecer, continua na mesma. Acrescentou que apenas acontecem as coisas que interessam a um certo grupo, enquanto, o que interessa à população, é empurrado como pode. Referindo-se ao Requerimento Nº 83, de autoria do Nobre Par Claudinei, dirigindo-se ao autor, disse que a suspensão do atendimento odontológico não pode ser por falta de material, pois, há quinze dias, em resposta a uma de suas proposições, verificou que a Prefeitura Municipal gastou trinta e dois mil reais com materiais odontológicos. Disse que também recebeu várias pessoas em seu gabinete, reclamando que não conseguem atendimento, que está suspenso o atendimento no Posto de Saúde central e que os funcionários não sabem mais o que responder à população, pedindo-lhes retornar após quinze ou vinte dias, mas, tal situação se repete há meses. Disponibilizou a resposta citada aos Vereadores e a quem mais interessar, pois nela, está constando a Nota Fiscal do material adquirido, enquanto a população continua sem atendimento. Disse que esta é parte de algumas situações que vem questionando, há tempos, pois, quem paga os profissionais é a população, contudo, ela não está sendo atendida. Ressaltou acreditar não seja por falta de material, pois, diante da comprovada compra, no valor de trinta e dois mil reais, existe material de sobra para bem atender a população e, acrescentou que, se for problema no equipamento, deveriam informar esta Casa de Leis, para que a população seja também comunicada sobre quando retomará o atendimento. Por fim, disse que, além de pagar altos impostos, a população agora tem que pagar atendimento odontológico particular. Passando a presidência ao Vice-Presidente, Vereador Pedro da Fonseca, o **VER. PAULO AROUCA SOBREIRA** disse que queria esclarecer acerca do OFÍCIO Nº 069/2012 GP do Poder Executivo, solicitando reconsideração do Parecer Contrário da Comissão de Justiça e Redação Nº 15/12, ao Projeto de Lei Nº 16/12 (Altera a redação dos artigos 23 §2º, inc. I, “a” e 27 “caput”, inciso I, bem como inclui o parágrafo único no artigo 27 da Lei Nº 1.592/2009, e dá outras providências), protocolado nesta Casa de Leis no dia vinte e nove de maio, às dezesseis horas e vinte e oito minutos. Informou que, tão logo recebeu este ofício, enquanto Presidente, solicitou, de imediato, o parecer do Assessor Jurídico desta Casa de Leis e,



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALESÓPOLIS

Rua Alferes José Luiz de Carvalho, 380 - Centro - Salesópolis/SP

CEP: 08970-000 - Tel\Fax: (011) 4696-1333/1716/1731

Site [www.camarasalesopolis.sp.gov.br](http://www.camarasalesopolis.sp.gov.br) Email: [cmsalesopolis@uol.com.br](mailto:cmsalesopolis@uol.com.br)

continuação da Ata da 15ª Sessão Ordinária, realizada em 11 de Junho de 2012

FL. 5

após receber o referido Parecer, solicitou à Secretaria Administrativa distribuir cópia a todos os Vereadores para conhecerem o pedido e o parecer. Também, no mesmo instante, solicitou publicar tais matérias no site da Câmara Municipal, a fim de dar conhecimento a todos. Leu parte do PARECER Nº PAJ-028/2012 da Assessoria Jurídica da Câmara Municipal, acerca do citado ofício, conforme segue transcrito: "...De início, para que não haja qualquer interpretação dúbia, alertamos para o número apresentado ao Projeto de Lei que "Altera a redação dos artigos 23 § 2º, Inc. I, "a" e 27 "caput", inciso I, bem como inclui o parágrafo único no artigo 27 da Lei nº 1.592/2009, e dá outras providências", que é indicado pelo Sr. Prefeito como sendo Projeto de Lei nº 264/2012, quando em verdade, o mesmo tramitou nesta Casa de Leis como sendo o Projeto de Lei nº 16/2012. Foi o Projeto de Lei nº 16/2012, cujo encaminhamento para este Legislativo pelo Poder Executivo foi realizado através da Mensagem Nº 1.145/12 GP, datada de 14 de maio de 2012. Superada essa divergência no concernente ao número do Projeto de Lei, iremos nos ater a questão de fundo qual seja o nosso parecer jurídico que entendeu que o Projeto de Lei nº 16/2012 "Não preenche os requisitos de ordem legal e constitucional, neste momento do ano eleitoral municipal, para sua regular tramitação nesta Casa de Leis". Terminada a leitura, o orador disse que isso já foi falado anteriormente e todos os Vereadores têm este conhecimento, bem como reiterou que os documentos estão on line para os interessados consultarem. Acrescentou que esta Casa de Leis, em momento algum, ficou inerte à situação e cumpriu o que determina a lei, ou seja, por tratar-se de período eleitoral, o projeto não pôde tramitar, neste momento. Finalizando, disse ainda que, se houver alguma dúvida, todos os Vereadores receberam os citados documentos e não podem alegar desconhecimento, reiterando que estão disponíveis à todos os funcionários e, especialmente, aos professores e diretores. Retomando a presidência e não havendo mais oradores inscritos, nem pauta a ser tratada na presente Ordem do Dia, o **SR. PRESIDENTE** comunicou que, seguindo o existente Precedente Regimental, na próxima sessão, submeterá à discussão e votação, o pedido do Sr. Prefeito Municipal, constante do Ofício Nº 069/12, já lido e discutido nesta sessão, objetivando a reconsideração do Parecer CJR Nº 15/12 contrário ao Projeto de Lei Nº 16/12, arquivado com base no Parágrafo 2º do Artigo 40 do Regimento Interno desta Casa de Leis. Ato contínuo, passou para a **EXPLICAÇÃO PESSOAL** e, conforme livro de inscrição, concedeu a palavra aos Nobres Edis inscritos. O **VER. CLAUDINEI JOSÉ DE OLIVEIRA** comentou que, na qualidade de membro da COSPES - Comissão de Obras, Serviço Público, Educação e Saúde desta Casa de Leis, neste final de semana, analisou dois processos, sendo um sobre a Apostila de Inglês e outro sobre a ponte da divisa deste com o município de Paraibuna. Disse que, segundo informações, funcionários da Administração Municipal foram até o local da ponte, solicitando autorização ao proprietário vizinho da ponte, para mexer no seu terreno. Contudo, lembrou que, em reunião realizada nesta Casa de Leis, onde estiveram alguns Vereadores, o Secretário Municipal de Obras, Prefeito Municipal e outros funcionários da Administração Municipal, perguntou, por duas vezes, se o serviço foi feito, bem como reiterou o pedido para envio do projeto, pois, em resposta ao pedido do Nobre Par Vanderlon, enviaram apenas o processo, sem o projeto. Ficou certo de que o enviariam, mas, isso ainda não aconteceu, ou seja, não tiveram acesso ao projeto, contudo, não há como ficar parado diante da situação, motivo pelo qual oficiou ao Sr. Presidente e se reunirá com os demais membros da sua comissão, a fim de definirem as medidas que adotarão. Disse que, no local, não se consegue constatar o plantio de grama, nem a retirada do material, contudo, não receberam o projeto e isto impossibilita a análise do que deveria ser feito e o que realmente foi feito. Registrou também que, segundo informações, os funcionários da Prefeitura Municipal que recebiam o Cartão Bem (cesta



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALESÓPOLIS

Rua Alferes José Luiz de Carvalho, 380 - Centro - Salesópolis/SP

CEP: 08970-000 - Tel\Fax: (011) 4696-1333/1716/1731

Site [www.camarasalesopolis.sp.gov.br](http://www.camarasalesopolis.sp.gov.br) Email: [cmsalesopolis@uol.com.br](mailto:cmsalesopolis@uol.com.br)

continuação da Ata da 15ª Sessão Ordinária, realizada em 11 de Junho de 2012

FL. 6

básica) que, depois, passou a ser pago no holerite, atualmente, não estão recebendo nem de uma forma, nem de outra. Disse que não sabe o que acontece, nem o que mais fazer e qual a decisão esta Casa de Leis deve adotar, mas, inicialmente, será necessário verificar o projeto de lei existente, depois a mudança para o holerite, confundindo o funcionário que não sabe de onde virá o benefício, portanto, mais uma vez, enfatizou o descaso com o funcionalismo. Disse que pensa em não falar, mas, não consegue porque, a cada hora, surge uma nova situação desastrosa, um fato que não dá para atribuir a responsabilidade ao Secretário de Administração ou de Finanças, pois, há um responsável maior que também é funcionário, para o qual este valor não faz falta, ao contrário do que acontece com os demais. Lembrou que já tratou da demora do pagamento do funcionário, sugeriu idéias de como fazer o pagamento quando não tem o recurso e agora, novamente, tem que falar do valor relativo à alimentação, em torno de noventa reais. Dirigindo-se ao Sr. Presidente, disse ver a situação da seguinte maneira, foram tantas as contratações que tem medo do que poderá acontecer, economicamente, após o final de agosto, pois, o Município tem dívidas altas pendentes com a Sabesp, Posto de Combustível, Empresa Bandeirante Energias do Brasil e outros que ainda não foi informado. Ressaltou que tem uma grande preocupação, primeiramente, enquanto Vereador, o qual tem o dever de cobrar, depois, porque conta com amigos e parentes que são funcionários públicos municipais que dependem do salário para sobreviver. Lamentou tal situação porque constata que Diretores e Secretários Municipais estão recebendo adiantamento de numerário em torno de mil reais, enquanto faltam noventa e três reais para cada funcionário. Falou que a situação está ficando insustentável, tornando difícil se calar e, se a situação econômica do município está em crise, aconselha fechar metade da porta e realizar o trabalho essencial, não deixando de atender as necessidades. Por fim, citou como exemplo as obras que têm sua contrapartida, sugerindo realizar apenas as prioridades, evitando um desastre econômico neste município, que se inicia dentro da própria Administração Municipal. O **VER. VANDERLON OLIVEIRA GOMES** comentou que também foi procurado por vários funcionários reclamando a falta do Cartão Alimentação ou repasse do seu valor no holerite. Lembrou que, por várias vezes, o Sindicato da classe e demais profissionais da Prefeitura Municipal têm procurado os Vereadores declarando, mensalmente, a preocupação com o salário e, quando é liberado, falta uma parte, prejudicando os funcionários. Lamentou a situação porque todos sabem que são os funcionários que fazem a Prefeitura Municipal andar, portanto, acredita não custar tanto planejar melhor para evitar que eles sejam penalizados. Citou o Presidente do Sindicato dos funcionários públicos, presente na sessão e que, constantemente, vem a esta Casa de Leis reivindicar ou cobrar algo, porque todo mês há preocupação. Também lembrou que, no início deste mês, os funcionários já estavam preocupados se o pagamento seria liberado e, embora sendo, foi da mesma forma (sem o valor da cesta-básica). Registrou seu pedido ao Chefe do Poder Executivo, para tratar com respeito os funcionários públicos municipais, lembrando que muitos saem de madrugada para fazer a coleta do lixo, outros para levar pacientes para fazer exames em São Paulo, contudo, para obterem seus direitos tem que ser através de briga. Enfatizou que se a Administração planejasse, os profissionais não teriam que fazer pressão todo mês para receber seus pagamentos. Relatou um caso, envolvendo o atendimento do SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), no último sábado, citando que, com a autorização da envolvida para falar seu nome, a “Senhora Lina – esposa do Paulinho Barbeiro” deparando-se com seu marido, sofrendo falta de ar, imediatamente, ligou para o SAMU e, após cinquenta minutos, não recebendo o socorro, telefonou solicitando o socorro à Santa Casa local, cujo atendente informou-a que as ambulâncias não poderiam buscar pacientes em casa, sugerindo dar um



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALESÓPOLIS

Rua Alferes José Luiz de Carvalho, 380 - Centro - Salesópolis/SP

CEP: 08970-000 - Tel\Fax: (011) 4696-1333/1716/1731

Site [www.camarasalesopolis.sp.gov.br](http://www.camarasalesopolis.sp.gov.br) Email: [cmsalesopolis@uol.com.br](mailto:cmsalesopolis@uol.com.br)

continuação da Ata da 15ª Sessão Ordinária, realizada em 11 de Junho de 2012

FL. 7

jeito através de vizinhos, quando aquela senhora solicitou explicações junto à Supervisora do SAMU. O orador disse não atribuir responsabilidade ao SAMU que, poderia estar fazendo outro atendimento, entretanto, declarou-se assustado e indignado diante a impossibilidade das ambulâncias prestarem o socorro. Questionou se, com a implantação do SAMU neste município, contando com apenas uma única ambulância, diante de duas ocorrências, então uma terá que se virar, ficando à Deus dar. O orador lembrou que, recentemente, comentou na tribuna desta Casa de Leis que, diante de um acidente, no Bairro do Barro Amarelo, cuja viatura do SAMU estava à caminho do socorro e se perdeu, ele (o orador), sendo acionado, foi à Santa Casa solicitar o socorro por uma ambulância, sendo informado, na oportunidade, que os equipamentos de socorro foram retirados das ambulâncias. Lamentou o fato dizendo que esta cidade, uma estância turística, embora contando com o excelente serviço do SAMU, o serviço foi implantado de forma que atenda um, deixando outros à mercê da sorte, para se virar com vizinhos. Lamentou o fato, também por envolver o “Paulinho da Lina” que todos conhecem a situação, e que precisa de atenção especial por ser acamado, ou seja, precisa de ambulância. Enfatizou que tais situações o deixam indignado, pois, sequer a Supervisora do SAMU soube responder onde a ambulância estava atendendo ocorrência, que não pode atender referido caso. Atendendo pedido da Senhora Lina, disse que fará um levantamento para saber onde a ambulância estava naquele horário, para entender porque seu marido não pode ter o mínimo de respeito, buscando-o em sua casa. Por fim, disse que isso demonstra como está o Setor de Saúde no município e a atenção que os gestores da saúde vêm dispensando às pessoas que tanto precisam. O **VER. SEBASTIÃO RODRIGUES DE CAMPOS JÚNIOR** iniciou informando que, na última terça-feira, esteve representando esta Casa de Leis no Palácio dos Bandeirantes, no evento comemorativo ao Dia Mundial do Meio ambiente, oportunidade em que foram assinados vários compromissos, com diversas empresas, a fim de solucionar os problemas relativos ao meio ambiente. Na oportunidade, disse que estavam representantes do Grupo Votorantim, empresas produtoras de óleo comestível e outras, e a preocupação era o meio ambiente e enfatizou que protocolou um documento, diretamente com o Secretário Estadual de Meio Ambiente – Bruno Covas, objetivando a implantação da primeira indústria neste município. Comentou ter tomado conhecimento de que, na última quinta-feira, um sindicato esteve no município fazendo manifestação pacífica, acerca da produção de eucalipto. Ressaltou a importância desta manifestação porque as empresas Suzano e Fíbria, compradoras desta matéria prima do município, no passado, incentivaram muito a população local a fazer o plantio do eucalipto, tanto que, quase todas as pessoas que dispõem de um terreno, o tem plantado, naquela oportunidade, essas empresas ofereciam maquinário para abrir estrada, doavam mudas e ofereciam outros incentivos para tal plantio, contudo, atualmente, elas são autosustentáveis, portanto, desvalorizaram o produto e estão dispensando o produtor. Enfatizou que a preocupação desta Casa de Leis e do Poder Executivo, além da CAMAT – Cooperativa Agrícola Mista do Alto Tietê, é o pequeno produtor que, atualmente, luta para conseguir fazer uma viagem de madeira por dia, a fim de colocar comida na mesa da sua casa, o que está difícil. Lamentavelmente, disse que esses produtores estão se sujeitando a vender a madeira pelo preço oferecido, dificultando a vida dos mesmos. Esclareceu que a Companhia Suzano de Papel e Celulose ainda tem adquirido madeira local, face aos contratos firmados com alguns produtores, entretanto, a Fíbria, não implantou projeto de fomento. Também enfatizou que o município não quer festa do eucalipto, mas, o cumprimento de obrigações sociais por parte de ambas empresas, continuando a comprar a matéria prima produzida nesta cidade. Dirigindo-se ao Sr. Presidente, sugeriu encaminhar a ambas empresas, um documento bem elaborado,





# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALESÓPOLIS

Rua Alferes José Luiz de Carvalho, 380 - Centro - Salesópolis/SP

CEP: 08970-000 - Tel\Fax: (011) 4696-1333/1716/1731

Site [www.camarasalesopolis.sp.gov.br](http://www.camarasalesopolis.sp.gov.br) Email: [cmsalesopolis@uol.com.br](mailto:cmsalesopolis@uol.com.br)

continuação da Ata da 15ª Sessão Ordinária, realizada em 11 de Junho de 2012

FL. 8

cobrando o cumprimento das suas obrigações sociais, agendando uma reunião nesta Casa de Leis, para tratar sobre esse descaso com o fomento incentivado no passado. Reportando-se às manifestações acerca do atraso no pagamento dos funcionários públicos municipais, disse que todos sabem que o orçamento local não possibilita condições de atender, com sucesso, tudo o que deveria, tal qual os municípios de Mogi das Cruzes e Jacareí possuidores de grandes orçamentos. Falou que entram e saem gestores municipais e a situação vira uma bola de neve, pois, um recebe a herança do outro, lembrando que, em gestões anteriores, os Prefeitos também atrasaram o pagamento dos salários dos servidores, em especial, quando atrasava o repasse do Fundo de Participação ou do Governo Federal, pois, não são apenas dois ou três funcionários, mas, a Prefeitura Municipal é uma das maiores empresas deste município, portanto, não se trata apenas de uma simples folha de pagamento. Disse que muitos já passaram pela Prefeitura Municipal e bem sabem como tudo funciona, tanto que estão querendo voltar, embora não tenham dado solução para o caso do cemitério e outros, portanto, se fosse tão fácil, como se fala na tribuna desta Casa de Leis, o problema teria sido resolvido no passado. Com relação à ponte da Estrada do Bairro Padre José, lembrou que esteve em reunião nesta Casa de Leis discutindo o assunto com os Nobres Pares Claudinei, Vanderlon e Pedro, oportunidade em que marcaram de estarem, no dia seguinte, visitando o local juntamente com o Secretário Municipal de Obras, contudo, disse que apenas ele (o orador) e o Vereador Pedro foram e, embora tenham acertado o compromisso, os Vereadores. Claudinei e Vanderlon tiveram outros compromissos e não puderam acompanhá-los. Diante do fato, disse que, quando se fala de um problema, é necessário procurar saber o que realmente aconteceu, tanto que ele esteve visitando o local, questionando se a Prefeitura Municipal não poderia acionar a empresa responsável pela obra, concluída há oito meses, muito embora reconheça que à beira de um córrego, muita coisa acontece, como pode ter acontecido com os vinte metros de grama que teria que ser plantado no local. Por fim, dirigindo-se ao Presidente da COSPES – Comissão de Obras, Serviço Público, Educação e Saúde (Ver. Pedro), solicitou-lhe as gestões pertinentes para uma nova reunião e, de repente, uma nova visita ao local, com a presença dos Vereadores citados, evitando que se fale que grama não foi plantada ou que outras coisas não foram feitas. Por fim, reiterou que ele esteve em visita no local, conforme marcado, sugerindo uma nova visita, a fim de resolver os problemas do município, que é o intuito desta Casa de Leis. O **VER. CLAUDINEI JOSÉ DE OLIVEIRA, considerando que seu nome foi mencionado pelo último orador**, reportando-se à visita agendada na obra da ponte da Estrada do Bairro Padre José, esclareceu que, no mesmo dia da reunião ocorrida nesta Casa de Leis, avisou que no dia seguinte não poderia acompanhar tal visita, entretanto, no dia seguinte, estando no seu serviço, o orador que o antecedeu lhe telefonou, chamando-o, quando lhe reiterou que não poderia acompanhá-los, sugerindo-lhe marcar outro dia e horário ou fossem sem sua companhia e elaborassem um relatório. Informou que, embora não os acompanhasse, esteve sozinho no local, em outra oportunidade, enfatizando ainda que não precisa andar com o pessoal da atual gestão para fiscalizar obra, apenas precisa dos documentos. Falou que foi afirmado, naquela reunião, por duas vezes, que a obra foi feita no local e, embora não seja técnico na área, nem engenheiro, nem arquiteto, munido de documentos encaminhados para esta Casa de Leis, analisou-os em sua casa e até telefonou ao orador que o antecedeu, informando-o de que aquele projeto não foi enviado, embora ele mesmo (Ver. Sebastião) tenha solicitado durante a reunião. Ressaltou que sua atuação “não é caça às bruxas”, mas, como nunca trabalhou com grama, apenas olhando, não percebe que foi plantada, contudo, também não sabe se passou algum boi ou vaca que a tenha comido. Disse ainda que, a empresa realizadora da





# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALESÓPOLIS

Rua Alferes José Luiz de Carvalho, 380 - Centro - Salesópolis/SP

CEP: 08970-000 - Tel\Fax: (011) 4696-1333/1716/1731

Site [www.camarasalesopolis.sp.gov.br](http://www.camarasalesopolis.sp.gov.br) Email: [cmsalesopolis@uol.com.br](mailto:cmsalesopolis@uol.com.br)

continuação da Ata da 15ª Sessão Ordinária, realizada em 11 de Junho de 2012

FL. 9

obra, ainda prestando serviço no município em várias outras obras, deve ser acionada para responder sobre o plantio da grama. Também informou que elaborou um ofício porque desenvolve seu trabalho, lê e analisa os documentos, procura entender as situações, questiona e, em última instância, documenta o problema para tirar a imagem de que a Câmara Municipal nada faz, não fiscaliza e não levanta certas questões. Quanto ao fato de ir ou não visitar o local com os demais presentes naquela reunião, lembrou que nunca participou de nada em conjunto com a atual gestão, esteve somente por duas vezes na Prefeitura Municipal, uma para tratar sobre assunto da Sabesp e, outra vez, sobre o Campo de Futebol da Fibra, sendo na primeira iludido e na outra viu coisas que não acreditava. Deixou claro que não anda com a equipe desta Administração Municipal e não pretende fazê-lo, lembrando, contudo, que, no primeiro ano desta gestão, convocou o Secretário Municipal de Obras para vir a esta Casa de Leis e ele mudou a data agendada por várias vezes. Por fim, ressaltou que fiscalizar é um ato que cabe ao Vereador, portanto, independe da companhia de membros do Poder Executivo. Disse que respeita todos os Secretários da atual Administração, o Prefeito e Vice-Prefeito, mas, não precisa andar com eles, o que também não o fazia na gestão anterior, quando era aliado do então Prefeito, pois, acredita que cada um tem seu caminho. Quanto à COSPES, disse que não atribuiria a responsabilidade ao Presidente (Ver. Pedro), pois entende que caberia a todos que foram ao local, ainda que não sejam técnicos, ter relatado o fato, contudo, apenas há registrada a ata daquela reunião, ocorrida antes da visita, e de forma bem simples. Finalizou dizendo que todos devem visitar e fazer sua análise, reiterando que, na sua visão, enquanto não técnico, o faz concluir que o serviço não foi feito, porém, a mesma empresa está realizando outras obras no município. O **VER. VANDERLON OLIVEIRA GOMES**, também considerando que seu nome foi mencionado pelo último orador inscrito, informou inicialmente que ele foi o autor do requerimento que resultou na já citada reunião, portanto, antes de elaborá-lo, visitou o local e constatou várias irregularidades, apontando-as na citada proposição. Esclareceu que não acompanhou os que visitaram o local porque não é membro da COSPES e já o tinha visitado, apontado o que não estava de acordo com a planilha, porém, não viu o projeto porque não o recebeu, conforme já foi falado por outro vereador. Disse que trabalha com hipóteses porque não recebeu o projeto que necessita para fazer a análise, entretanto, ressaltou que todos os presentes sabem diferenciar grama de braquiara, a primeira é planta rasteira e a outra chega a um metro de altura. Prosseguindo, disse que o material que deveria ser tirado ainda está no local, muito embora reconheceu que alguns tenham facilidade para ver e outros não. Diante disso, enfatizou que não entende porque ainda há os que questionam sua presença no local, naquela visita marcada, reiterando que lá esteve antes, fez os levantamentos, requereu os documentos, que ainda faltam ser enviado, já os solicitou verbalmente, e ainda não teve sucesso. Por fim, reiterou que já fez sua parte, sugerindo que cada um faça a sua, cumprindo seu papel, a fim de que esta Câmara Municipal mantenha a credibilidade que sempre teve. Passando novamente a presidência ao Vice-Presidente, Vereador Pedro da Fonseca, o **VER. PAULO AROUCA SOBREIRA** disse que, ao assumir esta Presidência, conforme dispõe o Artigo 46 do Regimento Interno desta Casa de Leis, apresentou a proposta para formação de todas as comissões permanentes deste Legislativo, para o exercício de 2012. Enfatizou que, em cada comissão, está explícito todos os assuntos a serem tratados e fiscalizados por qualquer Vereador, e que elas não tratam apenas de obra ou de saúde, mas, de tudo. Acrescentou que, chegando uma denúncia nesta Casa de Leis, ela é tratada pela comissão pertinente e, posteriormente, discutida entre todos os Vereadores, até chegar ao plenário. Lembrou que, no ano retrasado e passado, houve um trabalho envolvendo negligência



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALESÓPOLIS

Rua Alferes José Luiz de Carvalho, 380 - Centro - Salesópolis/SP

CEP: 08970-000 - Tel\Fax: (011) 4696-1333/1716/1731

Site [www.camarasalesopolis.sp.gov.br](http://www.camarasalesopolis.sp.gov.br) Email: [cmsalesopolis@uol.com.br](mailto:cmsalesopolis@uol.com.br)

continuação da Ata da 15ª Sessão Ordinária, realizada em 11 de Junho de 2012

FL. 10

médica, quando ele próprio participava da Comissão de Saúde, portanto, acredita que tudo deve ser documentado, pois, argumentar ou falar, sem registrar e comprovar o fato, ficará no tempo e se perderá no vento. Falou que a realidade é uma só, ainda há questões que faltam entendimento e conhecimento, que não são divulgadas, mas deveriam ser. Lembrou que, quando da implantação do Sistema SAMU, há quatro meses, colheu informações acerca do seu funcionamento, concluindo que, em todos os municípios, há uma central que recebe a ligação e retorna ao motorista, passando-lhe informações, como o endereço, portanto, se houve ou não o atendimento, ficou gravado e registrado nessa central. Disse que os documentos comprobatórios devem ser juntados para gerar uma denúncia, contudo, enfatizou que, se existe um caso de mau atendimento, há dois mil trezentos e quarenta bons atendimentos registrados até esta data. No tocante ao atendimento por ambulância comum, ressaltou que, se há ambulância e esta não atende ao chamado, será considerado negligência, cabendo o registro em Boletim de Ocorrência, podendo então gerar um processo criminal. Disse que tudo deve ser colocado no papel, porque é fácil falar e alegar, mas, enquanto o fato não chegar, por escrito, nesta Casa de Leis ou no Fórum local, não passará de um comentário; para poder dar um veredicto, tem que por no papel, pois, juiz nenhum condena sem ouvir as duas partes, tanto que há os dois lados, acusação e defesa. Acrescentou que todas as questões públicas tramitam da mesma forma, portanto, há contas de mandatos anteriores que o veredicto ainda está pendente, o que demonstra que a Justiça depende de tempo para concluir seus trabalhos e os Vereadores também, pois, depende da conclusão deles. Citou como exemplo uma colisão de trânsito em que há necessidade de chamar o policial para registrar a ocorrência, por analogia, disse o orador, usar a tribuna desta Casa de Leis, para argumentar deve ter o fato registrado em papel para comprovar, função que cabe à comissão. Sugeriu a todos tratem as questões munidos de provas, pois, não existe crime sem prova, sem atestar que é fato, acrescentando que há muitos boatos, atualmente, seja por interesses políticos ou pessoais, que não afetam a ele nem ao seu trabalho. Disse que se além ao que pode fazer como qualquer Vereador e, se desviar o foco, pode acontecer situações que geram agressões e outros desentendimentos, mas, para manter a civilidade e cidadania, deve-se utilizar o dom da palavra, que foi dado para se entender e conversar. Ressaltou que, brigas e divergências por questões meramente políticas, apenas favorecerá a instalação de desordem e bagunça, o que não é seu intuito e, acredita, de nenhum dos demais Vereadores. Reportando-se à Área de Saúde deste município, disse que seu desempenho e desenrolar ocorrem dentro do maior esforço possível, pois, os profissionais da Santa Casa atendem a todos, assim como Vereadores e seus parentes, haja vista que não se consegue vaga em outros hospitais, com rapidez. Esclareceu que a referência local é o SUS (Hospital Luzia de Pinho Melo de Mogi das Cruzes) que, além de Salesópolis, atende também os municípios de Poá, Itaquaquetuba, Suzano, Arujá e Mogi das Cruzes, entre outros, portanto, conta com um volume enorme de pessoas. Lembrou que esta Casa de Leis já registrou, através de documento, a solicitação de um outro hospital de referência para a região, encaminhado à Assembléia Legislativa, portanto, a parcela de contribuição desta Casa de Leis é constante e, se há ou não reconhecimento, depende do entendimento do que é feito e como é feito. Informou que todos os documentos que entram nesta Casa de Leis são respondidos, seja os protocolado pelo Ministério Público ou por qualquer cidadão comum, o que demonstra que, não há nada escondido, sendo assim, se quiser comprovar algo está on line, se quiserem tirar dúvida há o Ministério Público e, se não houve condenação, não pode falar de ninguém. As contas que estão tramitando no Ministério Público, não é mais competência desta Casa de Leis, portanto, esta deve se ater ao que lhe cabe e o Poder Executivo



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALESÓPOLIS

Rua Alferes José Luiz de Carvalho, 380 - Centro - Salesópolis/SP

CEP: 08970-000 - Tel\Fax: (011) 4696-1333/1716/1731

Site [www.camarasalesopolis.sp.gov.br](http://www.camarasalesopolis.sp.gov.br) Email: [cmsalesopolis@uol.com.br](mailto:cmsalesopolis@uol.com.br)

continuação da Ata da 15ª Sessão Ordinária, realizada em 11 de Junho de 2012

FL. 11

também ao que lhe cabe, como qualquer cidadão que, em sua casa, cada membro tem sua competência para manter a harmonia familiar. Enfatizou ainda que só se consegue alguma coisa quando se busca o entendimento e união, não o esfacelamento, como vem ocorrendo em Salesópolis em que se busca, à qualquer preço, o poder. Por fim, disse que não vale à pena, pois a quem paga este preço, a conta baterá à sua porta no dia seguinte. Retomando novamente a presidência e não havendo mais oradores inscritos, concedeu a palavra como **Líder de Bancada (PTB) ao VER. VANDERLON OLIVEIRA GOMES** que registrou que seu partido é totalmente contrário à qualquer tipo de agressão, ressaltando que os Vereadores que estão à serviço do povo, devem preservar pela moralidade desta Casa de Leis, desempenhando seu trabalho da melhor forma possível, ressaltando que é desta forma que entende que os Vereadores devem continuar seus trabalhos. Falou que o Partido Trabalhista Brasileiro sempre trabalhou pela área de saúde, portanto, quando faz qualquer tipo de crítica, não o faz aos profissionais da Santa Casa local, mas às medidas adotadas com relação ao atendimento, no caso por ambulância, e que não se referiu aos profissionais ou enfermeiras da Santa Casa local, de quem, dificilmente, recebe reclamação, ressaltando que os conhece, assim como a conduta deles. Parabenizou o Sr. Presidente e demais funcionários da Câmara Municipal, pela Solenidade Comemorativa ao Dia do Pracinha Salesopolense, realizada no dia anterior a esta sessão, considerando-a simples, porém, muito bonita e emocionante. Finalizou agradecendo a todos que participaram do evento, especialmente, a presença do Expedicionário Orlando Rodrigues de Camargo, único pracinha vivo do município, pedindo à Deus que, no próximo ano, ele possa se fazer presente novamente. Não havendo mais oradores inscritos, o **SR. PRESIDENTE** disse que o evento foi realmente emocionante, registrando que a organização contou com a competência das funcionárias da Casa, Arlete e Bete, que não mediram esforços para deixar impecável o evento. Concluiu enfatizando que, ainda assim, a homenagem aos Pracinhas é pouco pelo muito que fizeram por este País. Nada mais a tratar, agradeceu a presença de todos e, em nome de Deus, declarou encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente ata.

Sala Ver. Antonio Paulino de Miranda Júnior, em 11 de Junho de 2012.

PRESIDENTE :

1º SECRETÁRIO :

2º SECRETÁRIO :

A Ata supra foi lida e \_\_\_\_\_ em Sessão Ordinária, realizada em 18 de Junho de 2012.